



GÊNERO, FEMINISMOS E IGREJA CATÓLICA: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E ARGENTINA ATRAVÉS DE PERIÓDICOS (1970-1980)

Gabriela Miranda Marques¹

Nesta comunicação analisarei duas fontes periódicas que fazem parte da minha pesquisa. São elas os periódicos feministas Brasil Mulher, publicado no Brasil, cujos 16 exemplares pesquisados datam de 1975 a 1979, e o periódico Persona, publicado na Argentina, do qual disponho de 11 exemplares publicados de 1974 a 1983. Nestas publicações eu procuro rastrear algumas relações dos grupos feministas editores dos periódicos com a Igreja Católica neste período, analisando comparativamente similitudes e diferenças entre os dois países. É relevante observar algumas especificidades dos periódicos como fontes históricas, no dizer de Tânia Regina de Luca “estes (periódico) são instrumentos de politização e arregimentação²”, são, portanto uma construção do autor, sofrendo interferências do contexto no qual são criados, sendo relevante lembrar que um periódico é também um espaço de sociabilidade e fermentação intelectual³, tendo uma função social, além de ser alvo de disputas pessoais.

Uma das principais interferências na construção destes periódicos é a conjuntura vivenciada no Brasil e na Argentina, que se encontravam baixo as ditaduras militares, com sua doutrina de segurança nacional e terrorismo de estado⁴. Este aspecto influenciou decisivamente os principais pontos do meu objeto, ou seja a Igreja e os feminismos estavam em constante relação e disputa com fatores acarretados pelo regime de exceção. É interessante observar as relações entre Igreja e feminismos, pois as ditaduras pregavam uma defesa da moral, ou como coloca Bruno Groppo, uma “defesa do ocidente cristão”⁵; para tanto os generais contaram com o apoio de parte da Igreja católica. Contudo, parte dos eclesiásticos passou por um processo de aproximação do mundo laico, por uma opção preferencial pelos pobres e a defesa dos direitos humanos.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Bolsista do CNPq.

² LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 129.

³ SIRINELLA, Jean-François. Os intelectuais. IN: REMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: ED IFRJ, 1996.p.249. Apud , LUCA, T. R. de. Op. Cit. p. 140.

⁴ GROPPPO, Flier. **La imposibilidad del olvido: Recorrido de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay**. La Plata: Al Margen, 2001.p.22

⁵ Ibidem, p.25



A Teologia da Libertação, um campo que situo como mais à esquerda no interior da Igreja, que denuncia a situação de desigualdade social vivida em todo o mundo e foi amplamente difundida no Brasil.⁶ Ela não se formou, obviamente, na alta hierarquia, mas envolveu padres, bispos e todos os que estavam mais próximos da população mais pobre. No Brasil, por exemplo, para colocar em ação esta nova teoria e prática católicas, foram formadas inúmeras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), localizadas majoritariamente nas periferias das grandes cidades e nas áreas rurais. Estas “comunidades” tornaram-se práticas constantes da chamada “esquerda católica” e estiveram presentes em toda a América Latina, em diferentes proporções. Nesses espaços, a população, além de receber conforto espiritual, era instruída politicamente com teorias, em muito influenciadas pelo marxismo⁶. Outra organização popular criada pela Igreja são os clubes de mães que por serem locais exclusivos para mulheres acabam despertando alguma consciência coletiva de opressão de gênero, ou social a partir da troca de experiências entre estas mulheres. Efeito muitas vezes não esperado pelos padres, mas que pode gerar alguns importantes movimentos de mulheres como no caso do Movimento de Mulheres agricultoras de Santa Catarina⁷.

A emergência desse campo e a luta do mesmo frente a ditadura, seja institucionalizadamente, como no caso do Brasil, ou com posturas individuais no caso da Argentina, torna as relações do feminismo com a Igreja muito mais matizadas. Em alguns momentos as lutas são comuns, pois dentre de uma conjuntura ditatorial a luta geral, contra o sistema era uma luta de todos/as. Assim igreja e feminismos se aliaram nas questões sociais. Em alguns momentos o apoio da Igreja se torna importante como legitimador de uma série de movimentos de mulheres, e para o feminismo uma segurança pois a igreja era a única instituição que poderia enfrentar o Estado. Assim passaremos a observar estas diferentes posturas nos periódicos.

O periódico Brasil Mulher é tido como um dos primeiros periódicos feministas brasileiro, fato é que este só se autodenomina feminista em sua segunda edição. Podemos atrelar este fato a disputas internas no grupo, ou ao corrente preconceito na época com a alcunha feminista que era extremamente mal vista. Tanto pela direita, por claras questões moralistas, como pela esquerda, que via no feminismo um divisionismo na busca pelo socialismo. Era comum por parte da esquerda afirmar que as questões das mulheres, ou feministas se resolveriam após a revolução. Além disso, entende-se aqui que o que pode-se chamar de feminismo é na verdade o conjunto de diferentes

⁶ MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de gênese**: o povo das comunidades eclesiais de base. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 294.

⁷ DABOIT, Pedro Carlos. **Do sócio-religioso ao sócio-político**: a nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja Católica no oeste catarinense. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996. p. 23.



grupos, existiam, e existem até hoje, diferenças muito marcantes eles. Seja nas questões teóricas, seja nas práticas.⁸ Podemos inferir algumas questões sobre a clandestinidade, circularidade e público alvo do Brasil Mulher a partir de suas páginas outras a partir de relatos orais. A primeira questão é que por se tratar de um jornal feminista poder-se-ia acreditar que fosse um jornal clandestino, contudo, observamos uma realidade diferente através de suas páginas, o BM possui um endereço fixo e uma sessão de expediente onde consta o nome das participantes, bem como uma caixa postal para as assinaturas. Na entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles⁹, que participava da edição do jornal a mesma nos esclarece de onde eram as mulheres que publicavam o jornal e afirma que eram de esquerda muitas participantes de movimentos como a APMML ou PC do B. A circularidade de cópias pode ser observada na sessão de cartas, e também em colaborações em algumas edições. Supomos que ao realizarem atividades em conjunto o jornal circularia entre elas, dado que havia interesse por parte do grupo Brasil Mulher em divulgar suas idéias, além disso, o jornal poderia ser adquirido por um baixo preço, CR\$ 5,00(cinco cruzeiros). Outro fato observável neste tipo de publicação é uma política de “leia e passe adiante”, estimulada nas páginas do jornal e que multiplica consideravelmente o número de leitoras.

Para a pesquisa no qual este artigo se insere importam principalmente as matérias sobre a Igreja católica ou aquelas nas quais esta instituição é citada. O Brasil Mulher se propunha principalmente a defender a anistia a todos os presos e perseguidos políticos. E, com isso ele rapidamente se afirma frente às forças políticas de oposição ao regime militar, fica claro que a ditadura influencia nitidamente na pauta do jornal que pode ter deixado de colocar pautas específicas do feminismo devido a situação vivenciada. Dentro da ampla gama de assuntos abordados foi possível notar que a Igreja é tema recorrente no periódico, pois de 204 matérias pesquisadas, 46 se referiam à Igreja de alguma forma e 8 tinham a instituição como tema central.

O jornal Brasil Mulher narrou diversas atividades em conjunto com a esquerda católica e os grupos organizados pelas mulheres, como o ato pelos oprimidos e injustiçados de 1977, em São Paulo, que mereceu uma página de destaque no periódico¹⁰. Outra grande chamada encontrou-se no número 10, de 1977, e refere-se a um culto ecumênico pela anistia¹¹. Ou ainda se pode citar as

⁸ Chegou-se a convencionar duas vertentes mais expressivas: o feminismo da diferença e o da igualdade. Sobre as diferentes vertentes feministas ver GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: Idéias inspiradas pelo estudo de gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. Caderno **Relações de gênero X Relações de sexo**. São Paulo, USP: 1989, pp 1- 45

⁹ Entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles, realizada por Joana Maria Pedro no dia 24/08/05, em São Paulo, transcrita por Soraia Melo, Veridiana Bertelli de Oliveira e Maria Cristina Athayde.

¹⁰ JUSTIÇA E LIBERTAÇÃO, Pela. Brasil Mulher. São Paulo, ano 2, n. 9, 1977. p.7.

¹¹ É LIBERDADE, Anistia. Brasil Mulher. São Paulo, ano 3, nº10. 1977. p.12.



comemorações de 8 de março nas diferentes capitais, que reuniram feministas, clubes de mães, mulheres das CEBs e outros movimentos de mulheres¹².

Fica claro, a partir da leitura atenta, que a Igreja não estava sendo criticada pelo movimento feminista, mas sim apoiada por este, que abriu espaço em um periódico para a comunicação de um órgão oficial desta instituição: a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Assim, na página 2 do editorial¹³, fica evidente a visão do grupo Brasil Mulher sobre o documento da CNBB publicado em suas páginas¹⁴. Evidencia-se o claro apoio do grupo à ala mais de esquerda da Igreja, e reconheceu as diferenças teológicas e de práticas dentro da instituição. Dado que no mesmo de esquerda da Igreja, e reconheceu as diferenças teológicas e de práticas dentro da instituição. Dado que no mesmo período, a alta cúpula da Igreja, que era acusada de compactuar com os regimes militares emergentes em toda a América Latina, foi reacionária no que diz respeito a diversas demandas feministas, o que foi também compactuado pelos campos da esquerda advindos da Teologia da Libertação. Os pontos de conflito eram inúmeros e foram resultado de um enfrentamento da própria estrutura hierárquica da Igreja. O feminismo se enfrentou com Igreja em ambas suas correntes, pois mesmo uma igreja que seja progressista em questões sociais não o é necessariamente nos campos dos costumes e da moral.

A Igreja ainda foi citada algumas vezes em outros números desse mesmo periódico, em questões como uso da pílula e controle de natalidade. Destacaremos uma matéria que trata do controle de natalidade intitulada “Pílulas.. ora pílulas”, que ocupa a página 6 e 7 do número um do periódico¹⁵, e começa com a fala do Arcebispo de Natal sobre a distribuição de pílulas pelo Sociedade Civil de Bem Estar Familiar no Brasil (BENFAM). Para ele, “A benfam é um órgão nocivo à sociedade, principalmente pela maneira compulsória com que age em todos os municípios do estado”. Esta fala do Arcebispo Nivaldo não liga a sua crítica a BENFAM a nenhum aspecto teológico, mas à falta de preparo técnico e de pesquisas mais avançadas no uso e aplicação da pílula anticoncepcional. No entanto, é sabido o rechaço da Igreja quanto ao controle da natalidade, como fica claro na Encíclica publicada em 1968

É, ainda, de **excluir toda a ação que**, ou em previsão do ato conjugal, ou durante a sua realização, ou também durante o desenvolvimento das suas conseqüências naturais, **se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação.**¹⁶

¹² DE MARÇO, 8. Brasil Mulher. São Paulo, ano 2, nº12. 1978. p 12.

¹³ ANO DOIS, Editorial: Brasil Mulher. Brasil Mulher. Ano 2, nº 6, 1976. p.2

¹⁴ DOCUMENTO DA CNBB, Comunicação pastoral ao povo de Deus o Brasil Mulher. Ano 2, nº 6, 1976. p.8-9

¹⁵ ORA PÍLULAS, Pílulas.... Brasil Mulher. Ano 1, nº 1, 1975. p.6-7

¹⁶ Carta encíclica *Humanae Vitae* de sua santidade o Papa Paulo VI sobre a regulação da natalidade, 1968, artigo 16. Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae_po.html> acesso em 16 ago 2008. Grifo meu.



Na mesma carta do Papa Paulo VI, existem outros apontamentos sobre a natalidade, infidelidade e temas afins. Na continuação da matéria do Brasil Mulher, é dito “O Brasil Mulher aborda cientificamente o assunto através do artigo escrito pelo Dr. Mário Victor de Assim Pacheco.[sic].”¹⁷ Já a fala do médico é um tanto conturbada, começando com a seguinte afirmação

A anticoncepção é legítima, por imperativos de ordem médica ou razões de **foro íntimo da mulher**, desde que sejam usados métodos realmente científicos e processos aprovados, que não colidam com os sentimentos religiosos da pessoa.¹⁸

O que o médico julga por foro íntimo da mulher nós não sabemos. O que esta fala deixa transparecer, é que quando uma mulher não tem *imperativos de ordem médica*, sequer *questões de foro íntimo* e quer somente utilizar da anticoncepcionais isso não seria legítimo. À luz da época, a discussão perpassa um controle de natalidade exercido sobre a população pobre, a exemplo da teoria malthusiana¹⁹. Outro fator é a preocupação do médico com os imperativos pessoais de ordem religiosa, que chama a atenção sobre como este aspecto “religioso” é importante para abordar o tema, mesmo para um médico. Sobre a incorporação dos métodos anticoncepcionais no Brasil, Joana Maria Pedro diz:

...as mulheres brasileiras, só puderam contar com informações desencontradas e ambíguas. Proibidas de qualquer manifestação, debate ou reunião, encontraram, na Igreja Católica, abrigo e direcionamento eminentemente contrário a qualquer forma de contracepção "artificial". No Brasil, o movimento das mulheres foi dificultado pela ausência de cidadania.²⁰

O movimento feminista no Brasil não teve participação direta na liberação dos contraceptivos. Isso se deveu principalmente à conjuntura da ditadura militar e à posição do movimento de não enfrentar diretamente a Igreja para que pudesse contar com o seu apoio. Isso pode explicar, de certa forma, a posição do Brasil Mulher, que pede que as mulheres joguem fora suas pílulas, devido aos problemas de saúde por elas ocasionados. Fica claro o foco principal do debate, que é o rechaço completo das pílulas. Essa posição era compartilhada pela maior parte do movimento feminista brasileiro. Isabel Régis explicita as principais afirmativas das feministas sobre o assunto:

De forma sintética, sobre os novos métodos contraceptivos, o movimento feminista afirmava: a) que a solução para o problema demográfico era o desenvolvimento econômico com justiça social; b) que os métodos artificiais disponíveis traziam problemas de saúde; c) que as políticas do Estado em relação à natalidade visavam o corpo das mulheres, e pretendiam acabar com a miséria não deixando nascer os pobres. Algumas, entretanto, criticavam, apenas, a falta de acompanhamento médico no uso de contraceptivos.²¹

¹⁷ ORA PÍLULAS, Pílulas.... Brasil Mulher. Ano 1, nº 1, 1975. p.6

¹⁸ Idem. Grifo meu.

¹⁹ PEDRO, Joana Maria. Entre a ameaça da « bomba populacional » e a emancipação das mulheres : o debate sobre a contracepção no Brasil e na França (1960-1970). Projeto História. São Paulo :, v.25, p. 243-256, 2002.

²⁰ Idem.

²¹ RÉGIS, Isabel. Contracepção no dizer feminista. Revista de Ciências Humanas, vol. 9, nº10, 1991- p.43-71.



O grupo Brasil Mulher se enquadra então na discussão do feminismo brasileiro da época, não cabendo aqui uma discussão mais aprofundada sobre os métodos anticoncepcionais²², nem um juízo de valor sobre a opinião do grupo. No entanto, é interessante a convivência de dois tipos de argumentação com linhas divergentes, mesmo com objetivo comum. Na matéria citada, o Arcebispo e o médico se utilizam de argumentos diferentes para pregar a mesma idéia. O grupo Brasil Mulher parece aceitar ambas.

O mesmo assunto foi tratado de forma diferente pelas feministas argentinas. Em 1975, ainda antes da ditadura militar e sob o governo de uma mulher, Maria Estela Perón, foi sancionado um decreto que proibiu a venda de anticoncepcionais na Argentina. O governo argentino defendia uma política pró-natalista e era apoiado pela hierarquia da Igreja católica²³. Leonor Calvera narra como o tema da pílula era complicado também na Argentina pois “A esquerda, nesse momento, estava totalmente contra os anticoncepcionais e o aborto, por exemplo, porque dizia que a América Latina não estava totalmente povoada e se tinha que povoá-la.”²⁴ Assim, as feministas argentinas estavam lutando com a direita e a esquerda nesse assunto, dado que se posicionaram em prol do anticoncepcionais e chegaram a fazer manifestações em favor do seu uso.²⁵ Não aparecem, no periódico Persona, matérias exclusivas sobre o uso da pílula. Entretanto, em várias matérias que têm como tema a sexualidade feminina, ou o aborto o uso da pílula é defendido²⁶. Aí se encontra mais uma diferença de fundo com relação ao grupo feminista brasileiro que publicava o jornal Brasil Mulher.

O periódico argentino Persona, publicado em Buenos Aires pelo Movimiento de Liberação Feminista dirigia-se a uma classe média “intelectualizada”, fato percebido através da linguagem utilizada em seus primeiros números. Entretanto, sua linguagem teórica, rica em citações e bastante culta, foi alterada gradativamente a partir de 1980. Conjuntamente à mudança na linguagem observa-se uma alteração na formatação do próprio periódico, que ficou menor, aproveitando melhor seu espaço e possibilitando uma leitura mais fluida e um suporte que fornece uma compreensão mais rápida e fácil. Essa mudança é significativa, pois, ao alterar-se a linguagem e o

²²Para aprofundar o tema ver VAUGHAN, Paul. **A pílula em julgamento**. [1970?]; FONSECA SOBRINHO, Délcio da. **Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; FNUAP, 1993, p.81-95.; GREER, Germaine. **Sexo e Destino: A política da fertilidade humana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

²³ LOZANO, Fernanda Gil. Las experiencias de la "segunda ola" del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Izabel (dir) **Historia de las mujeres en España y América Latina**. Del Siglo XX a los umbrales del XXI. vol IV. Madri: Cátedra, 2006. p. 887

²⁴ CALVERA, Leonor. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga (digital). Buenos Aires, Argentina, 01/03/2007. Transcrita por Ana Maria Veiga e revisada por Luana Lopes. Acervo do LEGH/UFSC.

²⁵Idem.

²⁶Persona, ano 1, n 6, 1975, p.5, Persona, ano1, n 5, 1975, p. 16, Persona, ano 2, n. 6, 1981, p. 28



suporte, atinge-se um público mais amplo, levando a causa feminista para além da classe média. Mesmo ao reconhecer a classe média como o grupo responsável pela revolução feminista²⁷, o jornal se dispôs a dialogar com as operárias e trabalhadoras em alguns momentos. Sua tiragem, maior do que a do Brasil Mulher, era de 10.000 exemplares, e através da sessão de cartas, presente na maior parte dos exemplares, verifica-se que, devido à circulação das cópias, o número de leitoras/es atingidos era bem maior.

As matérias em geral tratam de temas caros ao feminismo, deixando as questões sociais e até mesmo a ditadura militar de lado. Os temas principais são: leis, teoria feminista, contracepção, saúde, sexualidade, machismo, temas estes que são diferenciados do Brasil Mulher que teria uma ampla gama de discussão social. E nesse meio de temas feministas pegaremos alguns exemplos de títulos de matérias sobre a questão aqui levantada, das relações com a Igreja, darei alguns exemplos: “Los métodos de La iglesia católica”²⁸; “El antifeminismo en La Iglesia”²⁹ e “La caza de Brujas”³⁰.

A Argentina pode ser caracterizada como o oposto do Brasil no tocante à questão eclesial. A Igreja argentina é citada como a mais conservadora, aliada ao poder dos militares, não aceitando uma abertura católica e a nova práxis³¹. O periódico Persona denunciou esta postura eclesial dizendo que a Igreja guardou silêncio frente à questão da ditadura e das violações de direitos humanos, além de ocupar seu lugar ao lado dos generais³²; porém, entenda-se que isso não significa que não houve posturas de enfrentamento e de abertura eclesial³³. Verbitsky chama a situação Argentina de paradoxal, pois que, “a hierarquia católica argentina foi o maior cúmplice na América Latina das ditaduras, mas, ao mesmo tempo, sofreu uma quantidade de baixas muito grande³⁴”. Mesmo na questão de direitos humanos na Argentina o que se viu foi um tímido pedido de revisão dos excessos cometidos pelos militares por parte da Igreja³⁵. Não é de se estranhar o ataque efusivo do periódico Persona à postura da Igreja em diferentes questões. Retomando uma análise quantitativa, no Persona encontra-se em meio às 142 matérias pesquisadas, 33 que faziam referências à Igreja Católica de alguma forma, além de 5 específicas sobre esta.

²⁷ SOBRE PERSONA, Disparem. Persona. Ano 1, n 3, dez 1974, p. 10.

²⁸ IGLESIA CATOLICA, Los metodos de la. Persona, n 1, 1983, p 10-12

²⁹ LA IGLESIA, El antifeminismo en. Persona, ano 1, nº 2, 1974, p.27-30.

³⁰ DE BRUJAS, La caza. Persona. 1975, n 5, p.23-24

³¹ DUSSEL, Enrique D. **Caminhos da libertação latinoamericana**. São Paulo: edições Paulinas, 1985. p.59

³² IGLESIA CATOLICA, Los metodos de la. Persona, n 1, 1983, p. 12.

³³ DUSSEL, E. Op Cit. p. 108.

³⁴ Entrevista com **Horacio Verbitsky**. Igreja católica argentina, cúmplice e vítima da ditadura. **Boletim da AFP**. Disponível em

<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2007/07/05/Igreja_catolica_argentina_cumplce_e_vitima_da_ditadura_911919.html>. Acesso em 19 de agosto de 2009.

³⁵ ESQUIVEL, J. C. Op Cit.



Chama a atenção uma matéria intitulada “Religi3n: Dimensi3n espiritual de la liberaci3n femenina,” publicada em 1975³⁶. O texto 3 de Mary Daly uma feminista radical americana, que 3 te3loga, uma das fundadoras da teologia feminista, nele a Igreja 3 exposta como sendo autorit3ria e precursora de uma sociedade patriarcal. A autora chega a dizer que existiam alguns te3logos que admitem o sexismo na Igreja, por3m nada fazem a respeito. Lembro que esse discurso est3 situado na ala do feminismo radical, ou feminismo da diferen3a, j3 explicado no cap3tulo anterior. Todavia, 3 importante salientar que, para feministas que cr3em que as mulheres s3o melhores que os homens para governar e dirigir institui33es, a Igreja, com sua hierarquia completamente masculina, representa tudo o que h3 de mais atrasado e prejudicial na sociedade.

H3 uma cita33o, no artigo de 1975, que demonstra que j3 existiam vozes cat3licas dissonantes, como a do Arcebispo Roderts, que diz:

Se se hubiera bombardeado Jap3n con anticonceptivos en lugar de bombas que solamente matan, mutilan y marchitan a miles de vivientes, se hubiera escuchado el grito de furiosa protesta del vaticano hasta el m3s remoto lugar de 3sia³⁷

3 interessante perceber que o arcebispo n3o diz que o protesto viria da Igreja, como um corpo 3nico, mas sim do Vaticano, onde est3 concentrada a c3pula da hierarquia eclesi3stica. A cita33o acima indica que a autora — e tamb3m o peri3dico - reconheciam que alguns eclesi3sticos se colocavam muito mais abertos para as discuss3es ligadas 3 sexualidade e pregavam uma altera33o dos preceitos cat3licos.

No entanto o discurso vindo do vaticano era outro, na enc3clica *Humanae Vitae*, promulgada em 1968 pelo Papa Paulo VI, o argumento abarcava outro ponto:

Em conformidade com estes pontos essenciais da vis3o humana e crist3 do matrim3nio, devemos, uma vez mais, declarar que 3 absolutamente de excluir, como via leg3tima para a regula33o dos nascimentos, a interrup33o direta do processo generativo j3 iniciado, e, sobretudo, o aborto querido diretamente e procurado, mesmo por raz3es terap3uticas (14).³⁸

Tal vis3o humana e crist3 do matrim3nio afirma que todo ato sexual deve estar aberto 3 gera33o de uma nova vida e deve ocorrer, antes de tudo, dentro de um casamento aben3oado por Deus³⁹. Sobre esses dois pontos, as feministas continuam discordando da Igreja, como exp3e Maria Jos3 F. R. Nunes:

³⁶DALY, Mary. Religion: dimension espiritual de la liberaci3n femmenina. *Persona*, n 6, 1975, p.14-20

³⁷Idem, p 17. “Se houvessem bombardeado o Jap3o com anticoncepcionais no lugar de bombas que s3 matam, mutilam e entristecem milhares de vivientes, haver3amos escutado o grito de protesto furioso do vaticano at3 no mais remoto lugar da 3sia.”Tradu33o Livre.

³⁸ Carta enc3clica *Humanae vitae* de sua santidade o Papa Paulo VI sobre a regula33o da natalidade 1968 . Dispon3vel em http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae_po.html

³⁹ idem



Há que lembrar também, que a mesma Igreja Católica relativiza o princípio da vida como valor supremo, quando exalta com a santificação seus membros que “*entregam a vida pela fé*”, através do martírio. Além disso, o novo Catecismo da Doutrina Católica justifica o sacrifício da vida humana, aceitando o que chama de “*guerra justa*”, e, em casos de extrema gravidade, o recurso à pena de morte, o que é reiterado na encíclica *Evangelium Vitae*. Parece assim, que o caráter absoluto desse princípio de defesa da vida aplica-se apenas ao caso das práticas abortivas (*e contraceptivas*).⁴⁰ [grifo meu]

É importante lembrar que em momento algum as feministas que publicavam os periódicos analisados defendiam a prática do aborto como meio de contracepção, mas somente como uma questão de saúde pública que deveria ser cuidada pelo Estado sem interferência da religião. Também destaco que a esquerda católica, no que diz respeito a esse ponto, é tão conservadora quanto a mais alta hierarquia, salvo em grupos como o das Católicas pelo Direito de Decidir⁴¹, que é formado majoritariamente por leigas

Pode-se perceber que, mesmo citando um católico, a posição de expor o pensamento eclesial é muito diferente daquele do periódico Brasil Mulher, que imprime um texto de um órgão católico em posição de destaque, para citar um exemplo. O Persona se utiliza de palavras de um arcebispo, porém o que é mais forte no discurso é a crítica à estrutura. Nenhum elogio é feito, nenhuma defesa, nenhum reconhecimento explícito de que existissem posturas em prol dos ideais feministas na Igreja, ou em prol dos pobres, como é defendido pelo Brasil Mulher/CNBB. Assim observamos como as dinâmicas locais, mesmo sendo semelhantes em alguns pontos nos dois países, influenciam de forma importante as relações do feminismo com a Igreja. Não se pode ignorar o fato de que a própria constituição e posicionamentos da Igreja demarcaram a forma como o feminismo se colocou frente a ela.

Bibliografia

ROSADO NUNES, M. José F . **A Discussão Atual na Igreja Católica Sobre o Aborto**. Disponível em <http://www.geocities.com/catolicas/articulos/aborto/icaport.html>. Acesso em 10 de ago. 2009.

DUSSEL, Enrique D. **Caminhos da libertação latinoamericana**. São Paulo: edições Paulinas, 1985

LOZANO, Fernanda Gil. Las experiencias de la "segunda ola" del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Izabel (dir) **Historia de las mujeres en España y América Latina**. Del Siglo XX a los umbrales del XXI. vol IV. Madri: Cátedra, 2006. p. 887

⁴⁰ ROSADO NUNES, M. José F . **A Discussão Atual na Igreja Católica Sobre o Aborto**. Disponível em <http://www.geocities.com/catolicas/articulos/aborto/icaport.html>. Acesso em 10 de ago. 2009.

⁴¹ Para maiores informações sobre o grupo visitar o site <http://catolicasonline.org.br/>.



RÉGIS, Isabel. Contracepção no dizer feminista. **Revista de Ciências Humanas**, vol. 9, nº10, 1991- p.43-71.

PEDRO, Joana Maria. Entre a ameaça da « bomba populacional » e a emancipação das mulheres : o debate sobre a contracepção no Brasil e na França (1960-1970). **Projeto História**. São Paulo :, v.25, p. 243-256, 2002.

GOLDBERG, Anette. Tudo começou antes de 1975: Idéias inspiradas pelo estudo de gestação de um feminismo “bom para o Brasil”. Caderno **Relações de gênero X Relações de sexo**. São Paulo, USP: 1989. pp 1- 45

DABOIT, Pedro Carlos. **Do sócio-religioso ao sócio-político**: a nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja Católica no oeste catarinense. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996..

MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de gênese**: o povo das comunidades eclesiais de base. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 294.

GROPPO, Flier. **La imposibilidad del olvido**: Recorrido de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay. La Plata: Al Margen, 2001.p.22

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 121-147